



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - TI

PROCESSO Nº 01416.007579/2020-74

1. OBJETO

- 1.1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para aquisição de licenças para Solução Integrada de Segurança de Rede - Firewall Corporativo, seguindo o disposto no art. 9º, II, Instrução Normativa SGD nº 1, de 04 de abril de 2019.
- 1.2. Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital, conforme art. 3º, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
- 1.3. O objeto da contratação enquadra-se como Solução de TIC.
- 1.4. O objeto encontra-se registrado no ETP-Digital sob o número 03/2020.

2. NORMATIVOS

- 2.1. A contratação dos serviços deverá observar, também, as disposições da seguinte legislação:
 - 2.1.1. Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
 - 2.1.2. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
 - 2.1.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
 - 2.1.4. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
 - 2.1.5. Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
 - 2.1.6. Decreto Nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, e nas determinações da Portaria 409, de 21 de dezembro de 2016, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
 - 2.1.7. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que dispõe sobre “Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.”;
 - 2.1.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;
 - 2.1.9. Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018.
 - 2.1.10. Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018;
 - 2.1.11. Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.

3. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. O processo nº 01416.007180/2016-15 se refere a contratação anterior, realizada em 2017, cujo objeto foi Solução Integrada de Segurança de Rede - Firewall Corporativo

4. ACESSO À INFORMAÇÃO

4.1. Não há nenhuma informação restrita ou sigilosa nos autos.

5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. O objeto da presente da contratação está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2017-2020 da ANCINE (SEI 1622081), como "Ampliar e Manter Soluções de TI". Consta, ainda, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2017-2020 (<<https://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/relatorios/outros-relatorios/pdtic-plano-diretor-de-tecnologia-de-informa-o-e-comunica-o-2017>>). No PDTI o objeto está classificado como Objetivo Estratégico da GTI ("Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura"), e referenciado no Plano de Ações sob os ID A1-6 e A1-7.

5.2. A contratação encontra-se classificada como de alta prioridade no PAC 2020 (SEI 1748312), especificamente no item 60 do documento, sob o descrição "Solução Integrada de Segurança de Rede - Firewall Corporativo"

6. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. Ao longo dos últimos anos, a Solução Integrada de Segurança de Rede - Firewall Corporativo foi responsável por proteger a rede corporativa da ANCINE de ataques advindos da Internet. A Solução se caracterizou por definir a fronteira entre a rede da ANCINE e a Internet, proporcionando a segurança do ambiente computacional. O Solução conta, ainda, com o serviço de IPS (*Intrusion Detection System*), que proporciona relevante ação no bloqueio de ataques direcionados ao ambiente da Agência. Além disso, a Solução é responsável por fornecer o serviço de VPN, utilizado no acesso dos servidores que trabalham em trabalho remoto (*home office*).

6.2. No mês de dezembro de 2020, as licenças que suportam a atualização e a garantia da Solução irão expirar. Assim, visando a continuidade da proteção do ambiente computacional, faz-se necessário a aquisição das licenças supracitadas, de modo que a Ancine possa permanecer com premissa de otimizar e promover a segurança da informação.

7. REQUISITOS PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

7.1. Os requisitos compreendem:

7.1.1. Licenças de uso da Solução, que consistem no direito de atualização de softwares e firmwares;

7.1.2. Garantia de manutenção ou troca dos equipamentos em caso de defeitos ou mal funcionamento de hardware;

7.1.3. Suporte técnico especializado do fabricante para registro e solução de incidentes relativos ao funcionamento da Solução.

7.2. A Solução escolhida é utilizada em outras contratações similares de Órgãos da Administração Pública.

7.3. Seguindo o cronograma financeiro, será realizado pagamento único.

7.4. Não há necessidade de transferência de tecnologia da CONTRATADA para a CONTRATANTE.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

8.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Como resultados esperados, pode-se citar:

9.1.1. Continuidade de proteção do ambiente computacional da ANCINE;

9.1.2. Continuidade de proteção contra tentativas de ataques cibernéticos.

9.1.3. Continuidade do uso de VPN.

9.1.4. Otimização de aplicações corporativas.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

10.1. Será necessária apenas uma única aquisição de licenças para atender as necessidades elencadas nesta contratação.

11. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

11.1. Para a elaboração desse processo, foi considerada a IN nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Nesse contexto, prospectou-se, inicialmente, contratações semelhantes no Pannel de Preços do Governo e em outros entes da Administração Pública. Contudo, não foram identificadas contratações com o objeto da presente contratação, ou seja, nenhuma das soluções encontradas se relacionavam à aquisição de licenças e garantia para o mesma marca e modelo da Solução adotada pela ANCINE. Na sequência, prospectou-se dados de pesquisas publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos. Contudo, por ser trata de aquisição de licença de um produto especializado, os valores não são disponibilizados. Desse modo, houve necessidade de se realizar pesquisa de mercado com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.

11.2. Justifica-se a escolha da contratação pelo fato de a ANCINE já dispor de dois equipamentos de Solução Integrada de Segurança de Rede - Firewall Corporativo, ambos em perfeito estado de conservação e funcionamento. Portanto, visando garantir economia para a Administração Pública, faz-se necessário apenas a contratação de licenças que contemplem o direito de atualizações do produto, suporte do fabricante e a garantia da Solução contra defeitos de hardware e software.

11.3. Ressalta-se que foi observada a IN SGD/SEGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, em especial as diretrizes do Anexo I da referida Instrução Normativa, que aborda a contratação de licenciamento de software e serviços agregados. Do mesmo modo, foi observada a Lei nº 8.248, de 1991, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação.

11.4. Informa-se que a Solução de TIC pretendida não está presente nos Catálogos de Soluções de TIC, publicados pelo SISP ([Catálogo de Soluções de TI](#)).

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS

12.1. Conforme aponto no item 11, adotou-se a pesquisa de mercado por meio de consulta aos fornecedores, cujas cotações encontram-se no Relatório Comparativo de Pesquisa de Preços

13. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

13.1. Trata-se de aquisição de licenças com direito a garantia da Solução e suporte técnico especializado do fabricante. A comercialização de licença para esse tipo de solução ocorre por pagamento único.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

14.1. Não há necessidade de adequação do ambiente para a contratação pretendida.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição, tais como:

15.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

15.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

15.1.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

15.1.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. A referida contratação é viável tendo em vista :

16.1.1. O objeto da contratação ser lícito, possível e determinado.

16.1.2. A certificação orçamentária (a ser providenciada);

16.1.3. A pesquisa de mercado;

16.1.4. Os servidores serem aptos a realizar a licitação e a fiscalização;

16.1.5. Tratar-se de contratação específica, necessária para propiciar segurança ao ambiente computacional da Ancine.

17. DURAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses.

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Os fiscais técnicos responsáveis pelo contrato serão:

18.1.1. Fiscal técnico - André Luiz Nery de Sá - SIAPE 1438594

18.1.2. Fiscal técnico substituto - Bernardo Borges do Nascimento - SIAPE 1047100



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Nery De Sá, Coordenador(a)**, em 16/09/2020, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Simas, Analista Administrativo**, em 16/09/2020, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Schneider, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 16/09/2020, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Fonseca de Moraes, Secretário de Gestão Interna**, em 27/10/2020, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **1746799** e o código CRC **8FAEDA6A**.

